

Manual do Curso

# Introdução ao Sistema de Comando de Incidentes (SCI-100)



**USAID**  
DO POVO DOS ESTADOS UNIDOS



Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID  
Serviço Florestal dos Estados Unidos – USFS  
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama

## Manual do Curso

# Introdução ao Sistema de Comando de Incidentes (SCI-100)



## NOTA

Este material é fruto do projeto de cooperação internacional do Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS), com apoio financeiro da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e as instituições brasileiras: Ibama e o ICMBio que integram o Grupo de Trabalho (GT) do Sistema de Comando de Incidentes (SCI).

O objetivo é a padronização do SCI nas ações integradas dessas instituições e dos demais órgãos parceiros que participam das operações.

Permite-se a reprodução deste Manual, em parte ou no todo, com a devida autorização prévia dos autores, sem alteração do conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Amorim, Wanius de

Curso de Introdução ao Sistema de Comando de Incidente – SCI 100 [livro eletrônico] : manual do / Wanius de Amorim – 1. ed. -- Rio de Janeiro : Ed. do Autor, 2023

PDF

Bibliografia.

**ISBN 978-65-00-62625-4**

1. Acidentes – Brasil – Prevenção 2. Desastres – Prevenção 3. Manejo florestal 4. Prevenção – Fogo Problemas 5. Sistema de Comando de Incidente (SCI)

I. Título.

23-145702

CDD-350

---

### Índices para catálogo sistemático:

1. Sistema de Comando de Incidente (SCI) : Gerenciamento de desastres e crises 350  
Henrique Ribeiro Soares – Bibliotecário – CRB-8/9314

### Coordenadora:

USAID/USFS: Jayleen Vera.

### Revisores:

USAID/USFS: Helaine Saraiva Matos; Marcelo Siqueira de Oliveira e Lorena Cordeiro Brewster.

Ibama: José Carlos Mendes de Moraes e Roberta Borges Botelho.

ICMBio: Marcelo Souza Motta.

### Colaboradores:

USAID/USFS: Dawn Sanchez; Suelene Couto e Henrique Costa.

Ibama: Marcelo Neiva Amorim; Fernanda Cunha Pirillo Inojosa; Ana Maria Canut Cunha; Denílson Barbosa de Oliveira; Ana Virgínia Pereira Vieira de Melo e Rejane Carneiro Salvador de Oliveira.

ICMBio: Hudson Coimbra Félix e Christian Berlinck.

### Projeto Gráfico e Diagramação:

Vanderli Mendonça de Amorim.

### Ilustrações:

Anselmo Henrique dos Santos

## Acrônimos

**ANA** – Agência Nacional de Águas  
**ANAC** – Agência Nacional de Aviação Civil  
**CBM** – Corpo de Bombeiros Militar  
**CBMDF** – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal  
**CBMERJ** – Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro  
**CBSCI** - Curso Básico de Sistema de Comando de Incidentes  
**CI** – Comandante do Incidente  
**Cia** – Companhia  
**C.Sv.** – Concessionária de Serviço  
**CONAFOR** - Programa de manejo de fogo, da gerência de manejo de fogo do México  
**FAB** – Força Aérea Brasileira  
**FIRESCOPE** - Agência de Recursos Organizados da Califórnia para Emergência de Combate a Incêndios  
**HSPD** – Decreto (Diretiva) Presidencial nº 5 do Ministério (Departamento) de Segurança Interna dos Estados Unidos  
**Ibama** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
**ICMBio** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
**ICS** – Sistema de Comando de Incidentes desenvolvido pelos Estados Unidos  
**NIMS** – Sistema de Gerenciamento de Incidentes dos Estados Unidos  
**OFDA** - Escritório de Assistência a Desastres no Exterior da USAID  
**PAI** – Plano de Ação do Incidente  
**PC** – Polícia Civil  
**PF** – Polícia Federal  
**PM** – Polícia Militar  
**PRF** – Polícia Rodoviária Federal  
**Quiz** - Questionário  
**RDAP** - Programa Regional de Assistência a Desastres da USAID.  
**SAMU** – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência  
**SCI** – Sistema de Comando de Incidentes (ICS, no original em inglês)  
**SCO** – Sistema de Comando em Operações  
**SINPDEC** – Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil  
**SISNAMA** – Sistema Nacional de Meio Ambiente  
**SUS** – Sistema Único de Saúde  
**SUSP** – Sistema Único de Segurança Pública  
**Sv** - Serviços  
**USAID** - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional  
**USFS** – Serviço Florestal dos Estados Unidos

# Sumário

---

## Unidade 1

Apresentação Geral do Conteúdo .....	6
--------------------------------------	---

## Unidade 2

Histórico do SCI .....	9
------------------------	---

## Unidade 3

Características (princípios) Gerais de Gerenciamento de Incidentes do SCI com base no NIMS .....	13
O NIMS e os Sistemas Nacionais Pátrios .....	27

## Unidade 4

Descrição das Áreas Funcionais e das Atribuições do <i>staff</i> do Comandante .....	29
--	----

## Unidade 5

Descrição das Atribuições do <i>staff</i> Geral do Comando do Incidente .....	33
---	----

## Unidade 6

Aplicação de Exercícios .....	44
-------------------------------	----

• <b>Referências Bibliográficas</b> .....	45
---	----

• <b>Formulário Anexo</b> .....	46
---------------------------------	----

## Unidade 1

**Objetivo:** ao final desta unidade o(a) aluno(a) deverá descrever os benefícios da utilização, pelas agências respondedoras, de uma ferramenta de gestão de incidentes integrada e padronizada.

### Apresentação Geral do Conteúdo

---

O Manual de Introdução ao Sistema de Comando de Incidentes<sup>1</sup> (SCI-100) apresenta uma ferramenta padronizada de gestão de incidentes, visando auxiliar as ações internas das instituições nas suas diversas áreas de atuação, possibilitando, ainda, uma melhor interação com os demais órgãos que atuam de forma conjunta em operações diversas (fig.1), visando promover um gerenciamento efetivo de recursos em uma estrutura organizacional comum<sup>2</sup>, onde se definem as tarefas e missões, por meio da designação de equipes e equipamentos.



Fig. 1 – Atuação conjunta e integrada (Fonte: autor, 2023)

Toda essa estrutura organizacional comum é previamente estabelecida, ou seja, o pessoal empregado, a capacitação, os treinamentos, as rotinas, missões, atribuições e contratações de bens e de serviços são pactuados e definidos antes da ocorrência do incidente, e são empregados seguindo critérios definidos pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Incidentes (NIMS, na sigla em inglês) dos Estados Unidos da América em consonância com as atribuições legais dos órgãos federais e com os princípios e diretrizes dos sistemas nacionais.

---

<sup>1</sup> O termo “Sistema de Comando de Incidentes” não é utilizado pela Defesa Civil Nacional e por algumas agências estaduais. Nesses se utiliza a expressão “Sistema de Comando em Operações”, ou “Sistema de Comando em Operações de Emergência”. Como tal questão não foi ainda pacificada neste Manual se decidiu por manter a expressão traduzida literalmente visto que a palavra “incidente” é genérica e pode abranger tanto operações, eventos, ocorrências, acidentes, emergências, bem como desastres.

<sup>2</sup> A estrutura organizacional comum é constituída por um time de gerenciamento de incidentes, onde as pessoas são previamente capacitadas, qualificadas e certificadas, e são devidamente empoderadas pelas suas agências em comum acordo por meio de protocolos específicos.

Pela utilização desta ferramenta de gestão temos, entre outros, os seguintes benefícios:

- Fortalecimento da cultura de integração *intra e extra corporis*;
- Otimização de recursos;
- Preparação prévia das estruturas;
- Redução de improvisações;
- Planejamento por objetivos comuns e adequados;
- Empoderamento prévio do pessoal designado (delegação de competências), deixando claro a linha de comando e controle interagência; e;
- Definição de atividades que não estejam claras nas atribuições dos órgãos diminuindo, em consequência, potenciais lacunas.

O SCI-100 fornece, ainda, a base para o treinamento em níveis mais avançados. Na sequência serão descritos a história, tipos de recursos empregados, princípios, e estrutura organizacional do Sistema de Comando de Incidentes. Ele também explica a relação entre o Sistema de Comando de Incidentes - SCI<sup>3</sup>(Incident Command System, no original em inglês - ICS) e o NIMS<sup>4</sup>.

Este material tem como base a literatura nacional disponível, bem como a internacional, em inglês e aquelas traduzidas para o português como o Curso Básico de Sistema de Comando de Incidentes, do Programa Regional de Assistência a Desastres da USAID/OFDA/LAC, na sua segunda edição de novembro de 2013, bem como o Curso SCI-100 “Introducción al Sistema de Comando de Incidentes, do Programa de Manejo del Fuego, da gerencia de manejo del fuego – CONAFOR, Medio Ambiente” do México.

---

<sup>3</sup> No presente documento a abreviação “SCI” será utilizada para referenciar o Sistema de Comando de Incidentes.

<sup>4</sup> No presente texto o termo “NIMS” será utilizado para referenciar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Incidentes.

## Quiz Unidade 1

---

- 1- Assinale, dentre as alternativas abaixo, três benefícios relacionados a utilização de uma ferramenta padrão de gestão de incidentes.
- a) ( ) – Estabelecimento de objetivos comuns
  - b) ( ) – Maior visibilidade das ações
  - c) ( ) – Cumprimento das atribuições legais da agência
  - d) ( ) – Preparação prévia das estruturas
  - e) ( ) – Execução orçamentária e financeira plenas
  - f) ( ) – Definição do papel institucional do órgão
  - g) ( ) - Redução de improvisações
  - h) ( ) – Saneamento pleno das lacunas legais

## Unidade 2

**Objetivo:** ao final desta unidade o(a) aluno(a) deverá descrever os problemas que levaram os Estados Unidos a adotar o SCI como ferramenta única de gestão de incidentes.

### Histórico do SCI

---

O desenvolvimento do Sistema de Comando de Incidentes – (SCI) se deu no início da década de 1970 nos Estados Unidos, devido a necessidade em melhorar a eficiência de várias agências no gerenciamento de grandes incêndios florestais, cujas atribuições eram diferenciadas. Esses incêndios produziram grandes danos materiais com número significativo de perdas de vidas humanas. Anteriormente ao Sistema de Comando de Incidentes as instituições possuíam diferentes formas relativas aos métodos empregados na gestão de desastres, não havendo a devida integração (fig.2).



Fig. 2 – Dificuldade na integração de esforços (Fonte: autor, 2023)

O sistema foi desenvolvido por um grupo de agências com atribuições legais locais, estaduais e federais sob a direção da Agência de Recursos Organizados da Califórnia para Emergência de Combate a Incêndios. (*Firefighting Resources of California Organized for Potential Emergencies - FIRESCOPE*, no original em inglês), sendo que em 1973 foi elaborada a primeira versão do SCI.

Após analisar os resultados da atuação de diversos órgãos e agências em grandes incêndios, com atribuições específicas e diversas entre elas, o FIRESCOPE concluiu que o problema maior não estava na quantidade nem na qualidade dos recursos envolvidos. A questão principal residia na dificuldade relacionada à coordenação das ações e na comunicação (fig.3), entre os órgãos dos diversos níveis de governo de maneira articulada e eficiente.



Fig. 3 – Dificuldade na comunicação (Fonte: autor, 2023)

Devido a isto, o FIRESCOPE verificou que as informações concernentes aos incidentes eram incompletas, imprecisas além de não serem compartilhadas. Os sistemas de rádio não eram compatíveis, a terminologia diferia entre as agências, as linhas de autoridade (comando e controle) não eram claras e os objetivos do incidente não eram adequados. O desenvolvimento de um sistema que respondesse aos problemas listados tomou anos de testes de campos extensivos.

Após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, às torres gêmeas do World Trade Center e ao Pentágono, os Estados Unidos normatizaram as diretrizes e princípios para gestão de desastres, o que fez com que, em 2003, o então presidente George W. Bush, por meio do Decreto (Diretiva) Presidencial nº 5 do Ministério de Segurança Interna<sup>5</sup> (*Homeland Security Presidential Directive – HSPD –5*, no original em inglês), determinasse que o SCI fosse utilizado como sistema de gerenciamento padrão para todas as agências governamentais da esfera federal com base no Sistema Nacional de Gerenciamento de Incidentes (*National Incident Management System – NIMS*, no original em inglês).

O NIMS<sup>6</sup>, desde 1984, tem promovido as diretrizes, princípios, a revisão e a documentação de Sistema operacionais, como o Sistema de Comando de Incidentes, de acordo com a terminologia e a organização próprias. Dessa forma, conseguiu-se integrar os níveis federal, estadual e municipal na resposta aos desastres nos EUA, para ser utilizado em todo o território norte-americano.

Apesar de a HSPD –5 ser uma norma do Poder Executivo Federal, grande parte das agências de resposta a emergências estaduais e municipais aderiram ao NIMS com o intuito de se habilitarem a

<sup>5</sup> O *US Department of Homeland Security* foi criado em 2002 e gerencia o NIMS desde 2004.

<sup>6</sup> O NIMS não se resume apenas ao SCI. Este retira do NIMS as diretrizes e princípios gerais de administração de incidentes. O escopo do NIMS inclui todos os incidentes, independentemente do tamanho, complexidade ou tipo, e eventos planejados (por exemplo, eventos esportivos). “National Incident Management System, Third Edition, October 2017, p. 12”.

receber verbas federais para as suas áreas de gestão de incidentes, incluindo a prevenção, preparação, mitigação, reposta e recuperação de cenários de desastres.

No Brasil, o SCI foi introduzido com o apoio do Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS), através de um Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ibama e o USFS, em 1990. A partir de 1991, e nos anos seguintes, bombeiros militares de diversos estados, bem como servidores do Ibama lotados no Centro Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (Prevfogo) e Unidades de Conservação do ICMBio, receberam treinamento nas brigadas de incêndios denominadas “Hotshot Crew”. Com a expertise adquirida os conceitos e princípios do SCI foram gradualmente implementados nas instituições.

Mais recentemente, o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Portaria nº425, de 8 de dezembro de 2009, criou o Programa Nacional de Redução do Uso do Fogo nas Áreas Rurais e Florestais (PRONAFOGO) . Essa portaria implementou o Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional Nacional (CIMAN), que foi regulamentado pelo Decreto nº 8.914, de 24 de novembro de 2016.

Esse programa teve como base os princípios do SCI tendo sido utilizado pela Defesa Civil do estado de Roraima em conjunto com o Prevfogo/Ibama, ICMBio e pelos Corpos de Bombeiros Militar de Roraima e do Distrito Federal para gerenciar as ações de prevenção e combate aos incêndios florestais, sendo elaborado pela primeira vez no país, os Planos de Ações de Incidentes (PAIs) unificados e integrados.

No fim da década de 2010, a Coordenação Geral de Emergências Ambientais do Ibama passou a adotar alguns formulários do SCI para ajudar no gerenciamento de eventos como no rompimento da barragem de rejeitos denominada Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho – MG, e o recolhimento do óleo no Nordeste brasileiro, ambos ocorridos em 2019.

Em 2022 Petrópolis – RJ, foi severamente atingida por chuvas torrenciais, agências locais utilizaram conceitos e princípios do SCI de forma não sistêmica, ou seja, nem todas as instituições possuíam o devido conhecimento e eram integradas pelas corporações que se utilizam desta ferramenta de gestão de incidentes.

Assim sendo, à exceção do que dispõe o Decreto nº 10.950, de 27 de janeiro de 2022 (Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional), carece em nível nacional, de uma norma que estabeleça o SCI como ferramenta de gestão de incidentes. Por conta disso, um dos princípios essenciais do SCI, a padronização de terminologias ou terminologia comum, deixa de ser atendido, visto que há instituições que chamam o SCI, de Sistema de Comando em Operações (SCO), como a Defesa Civil Nacional e a do estado de Santa Catarina, ou, segundo o Corpo de Bombeiros de São Paulo, de Sistema de Comando em Operações de Emergência (SICOE)<sup>7</sup>, enquanto o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e a Secretaria Nacional de Segurança Pública utilizam o termo “SCI”, e as empresas em particular do setor de petróleo e gás mantêm a sigla na sua forma original, em inglês, “ICS”.

---

<sup>7</sup> Manual de Sistema de Comando de Incidentes – SCI – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, 2011. p. 19.

## Quiz Unidade 2

---

1- Após analisar os resultados da atuação de diversos órgãos e agências em grandes incêndios, com atribuições específicas, a Agência de Recursos Organizados da Califórnia para Emergência de Combate a Incêndios. (FIRESCOPE, *Firefighting Resources of California Organized for Potential Emergencies*, no original em inglês), identificou entre outros, os seguintes problemas. Assinale abaixo as alternativas corretas:

- a) ( ) – informações não compartilhadas
- b) ( ) – Sistema de rádios não compatíveis
- c) ( ) – deficiência de recursos humanos e materiais
- d) ( ) – não havia cadeia de comando clara e estabelecida
- e) ( ) – indefinição das atribuições legais de cada agência
- f) ( ) – objetivos não adequados
- g) ( ) – omissão das instituições
- h) ( ) – dificuldade de coordenação

### Unidade 3

**Objetivo:** ao final desta unidade o(a) aluno(a) deverá saber identificar e definir as 14 características de gerenciamento do SCI.

#### **Características (Princípios) gerais de gerenciamento de incidentes do SCI com base no NIMS e a sinergia com os Sistemas Nacionais - SINPDEC/SISNAMA/SUS/SUSP**

---

Como dito nas Unidades anteriores, o SCI se baseia nos princípios de gerenciamento de incidentes preconizados pelo NIMS, o que contribui para a eficiência e fortalecimento do sistema de forma geral.

O NIMS<sup>8</sup> define 14 (quatorze) características (princípios) de gerenciamento para o SCI, a seguir transcritas:

- Terminologia comum;
- Organização modular;
- Gerenciamento por objetivos;
- Plano de ação de incidente;
- Maneabilidade da amplitude de controle (ou amplitude administrativa);
- Locais e instalações apropriadas e padronizadas;
- Gerenciamento coordenado dos recursos<sup>9</sup>;
- Comunicações integradas;
- Estabelecimento e transferência de comando;
- Comando unificado;
- Cadeia de comando e Unidade de Comando<sup>10</sup> (controle);
- Efetivo controle dos recursos;
- Mobilização e desmobilização de recursos;
- Gerenciamento de informações e de inteligência.

O Curso Básico de Sistema de Comando de Incidentes (CBSCI), do Programa Regional de Assistência a Desastres (RDAP), da USAID/OFDA/LAC (2013), divide esses princípios em 6 categorias:

- Padronização (terminologia comum);
- Comando (estabelecimento e transferência de comando, cadeia de comando/ unidade de comando e comando unificado);
- Planejamento (gerenciamento por objetivos, Plano de Ação de Incidente (PAI), organização modular e amplitude de controle);
- Instalações e recursos (locais e instalações apropriadas e padronizadas e gerenciamento coordenado dos recursos) ;

---

<sup>8</sup> National Incident Management System, Third Edition, October 2017, pp. 20-23.

<sup>9</sup> O Manual do SCO - Sistema de Comando em Operações – Guia de Campo. Marcos de Oliveira. Florianópolis: Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, 2010, em sua p. 7, define esta característica como sendo: “Gerenciamento Integrado de Recursos”. O Manual de Sistema de Comando de Incidentes – SCI – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, 2011, em sua p. 22, utiliza a expressão “Manejo Integral dos recursos”. O Guia de operações de combate ampliado aos incêndios florestais do Ibama/Prevfogo, de 2019, utiliza a expressão “Gerenciamento integral de recursos”. O termo no original em inglês é: “Comprehensive Resource Management”, que define o padrão e a forma em se identificar, requisitar, adquirir, empregar e desmobilizar os recursos humanos e materiais repondo e/ou indenizando as perdas. Tal ação é mais voltada para o gerenciamento coordenado dos recursos que propriamente um gerenciamento integrado ou manejo integral de recursos.

<sup>10</sup> A Unidade de Comando na verdade está relacionada ao fato de que é estabelecido, previamente, a autoridade imediatamente superior à do agente/recurso empregado. Isto permite um melhor controle dos atores envolvidos no incidente, pois todos sabem de antemão a quem devem se reportar diretamente em caso de necessidade.

- Gerenciamento de informações e comunicações (comunicações integradas e gerenciamento de informações e de inteligência);
- Profissionalismo (efetivo controle dos recursos, mobilização e desmobilização).

### Terminologia Comum

Um dos maiores desafios na gestão de um complexo incidente envolvendo diversas e diferentes agências, é a compreensão da linguagem corporativa de cada órgão. Termos técnicos, quando não padronizados por normas/entidades oficiais ou pelos sistemas existentes, não serão compreendidos pelos agentes que não sejam integrantes de sua própria instituição. No SCI a terminologia comum é aplicada a sua estrutura organizacional (Time de Gerenciamento de Incidente), aos recursos e às instalações.

O objetivo da padronização dos termos é promover a perfeita compreensão por parte de todos os envolvidos na gestão de um incidente (fig.4).



Fig. 4 – Terminologia comum (Fonte: autor, 2023)

Durante o incidente as agências devem se abster de utilizar os códigos e termos específicos comuns a elas, acrônimos, jargões ou qualquer outro tipo de termo que não seja compreendido por outra instituição.

### Organização Modular

A estrutura organizacional do SCI é flexível e adaptável e relaciona-se ao tipo, complexidade, magnitude e intensidade do incidente, dependendo da análise situacional feita pelo Comandante do Incidente, ou do Comando Unificado, e de seus *staffs*. É *top-down*<sup>11</sup>, ou seja, a hierarquia é vertical e sempre se estabelece um responsável direto pelo controle de um ou mais agentes.

<sup>11</sup> As estruturas são definidas de “de cima para baixo”, onde primeiro se designam os chefes (sentido *lato*) e depois os subordinados. A exceção será na modulação (*bottom up*, literalmente: “de baixo para cima”) da Seção de Operações, conforme descrito na Unidade 5.

Por ser flexível e modular permite a alocação de recursos estritamente necessária a resposta, evitando sobreposições ou lacunas expandido, ou retraindo, de acordo com a dinâmica do incidente (fig.5), devendo ser observada a amplitude de controle.

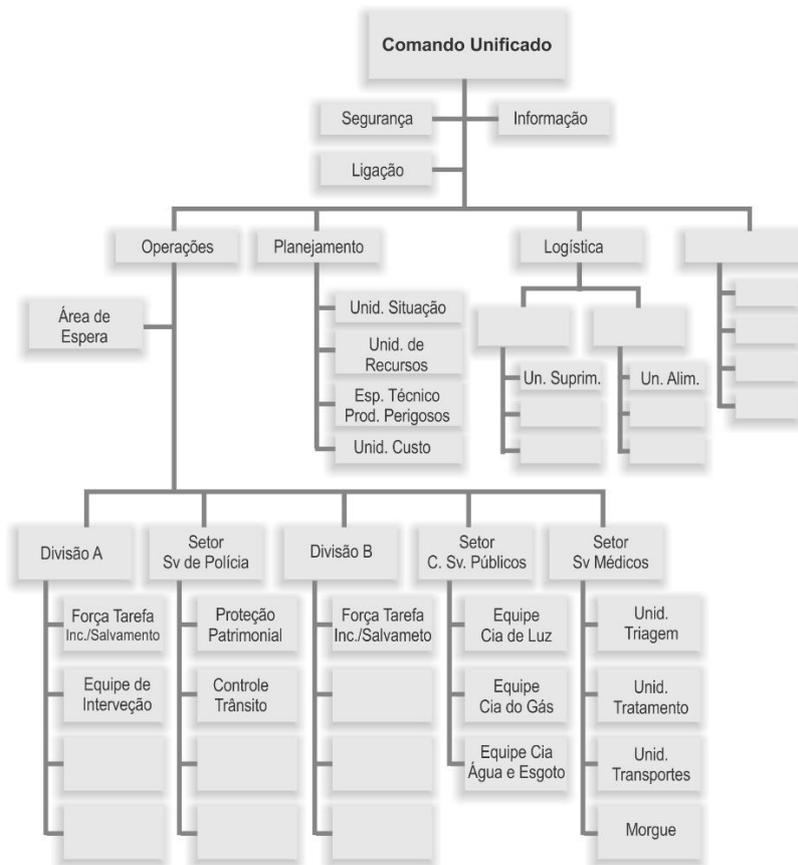


Fig. 5 – Organização modular estabelecida para atender de forma apropriada o incidente. Note-se que não é preciso preencher todas as funções (veja Unidades 4 e 5) se estas não são necessárias. A organização modular, ao final, otimiza os recursos. (Fonte: autor, 2023)

### Gerenciamento por Objetivos

O Comandante do Incidente, ou o Comando Unificado, estabelece os objetivos comuns, com o suporte de seus staffs, de forma que esses sejam atingidos (fig.6). Esses devem estar apropriados para uma resposta eficiente e eficaz. São monitorados e avaliados durante todo o período operacional e podem ser ajustados por conta de eventos extraordinários ou mesmo do recrudescimento do incidente.

Os objetivos devem ser difundidos, por escrito, preferencialmente no Plano de Ação do Incidente e em seus formulários próprios, deixando claro quais são as estratégias, táticas e demais tarefas que auxiliem no seu alcance, bem como deve-se definir os responsáveis pelo seu cumprimento.

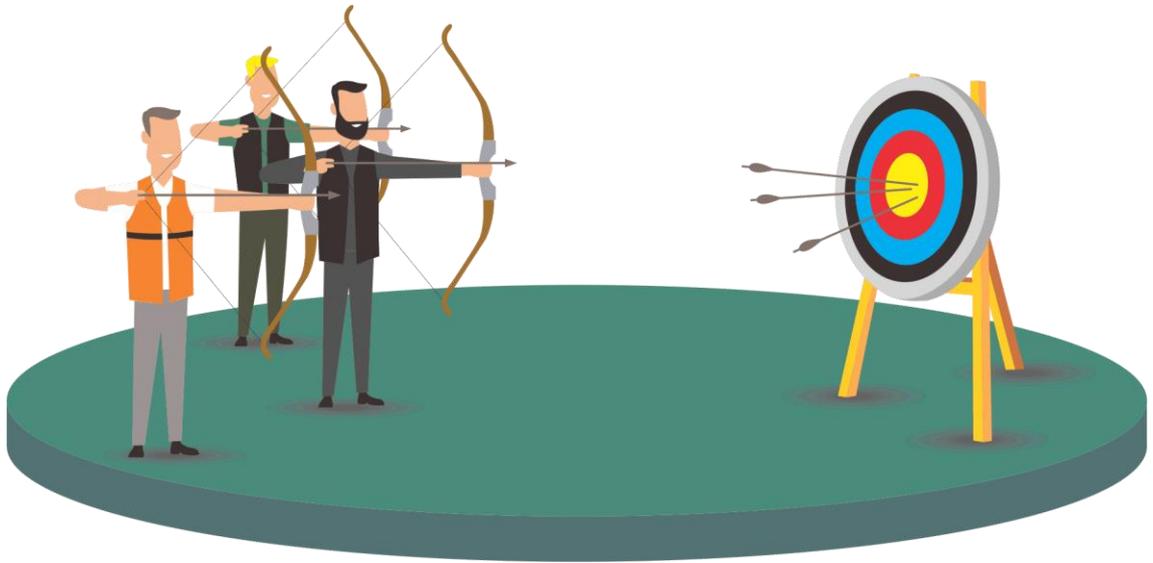


Fig. 6 – Objetivos comuns (Fonte: autor, 2023)

### **Plano de Ação do Incidente (PAI)**

A elaboração de plano de ação é necessária porque nele estarão contidos os objetivos (fig. 7) que servirão para atender as estratégias estabelecidas pelo comando do incidente evitando lacunas. O plano também contém informações gerais sobre os aspectos operacionais e logísticos daquele incidente, trazendo mapas, croquis, boletins meteorológicos, avisos concernentes aos riscos existentes no local, esquema de frequências das comunicações de rádio, número dos telefones dos integrantes das equipes e etc.



Fig. 7 – PAI sendo confeccionado a fim de evitar lacunas (Fonte: autor, 2023)

Ainda que o incidente seja dinâmico e de curta duração cabe ao comandante do incidente elaborar, ainda que mentalmente, um plano de ações, devendo este ser passado, mesmo que rapidamente, aos integrantes da equipe que se encontra dando a resposta ao evento.

Para ser efetivo o PAI deve:

- Ter uma capa identificando o nome do incidente, data, localização e nomes das agências envolvidas;
- Ser proativo;
- Especificar os objetivos gerais e específicos;
- indicar as atividades a serem concluídas;
- definir responsabilidades;
- identificar os recursos necessários;
- estabelecer plano de comunicação.

Para auxiliar na confecção do PAI deve-se usar os formulários padronizados<sup>12</sup> pelas agências quando o incidente for complexo. Nos pequenos incidentes, como dito anteriormente, ele poderá ser oral, mas sempre se deverá proceder o *briefing*, para deixar claro aos integrantes da equipe os seus objetivos e o *debriefing*, para avaliar se os objetivos traçados para um determinado período operacional foram alcançados.

Os objetivos gerais (hierarquização de prioridades)<sup>13</sup> do PAI devem levar em consideração:

- A preservação da vida humana;
- A proteção do patrimônio;
- A preservação do meio ambiente;
- A contenção do incidente e seu controle.

### **Amplitude de Controle (Administrativa)**

Em um incidente, dependendo da função exercida dentro da estrutura organizacional do SCI, talvez seja necessário que uma pessoa exerça a supervisão do trabalho de outros. A amplitude de controle define o número máximo de indivíduos que podem estar subordinados a um único supervisor de forma que esse possa gerenciar com eficiência sua equipe.

Essa amplitude está relacionada diretamente à configuração geral e ao número de níveis hierárquicos dessa estrutura organizacional dentro de um incidente. Quanto maior a amplitude, menor será a quantidade de níveis hierárquicos, o que produzirá uma estrutura organizacional alongada horizontalmente (*fig.8*). Já uma amplitude menor aumentará a quantidade de níveis hierárquicos e produzirá uma estrutura organizacional alongada verticalmente (*fig.9*).

---

<sup>12</sup> Neste Manual está anexo o formulário 201 (transferência de comando em um incidente) em um exercício comentado.

<sup>13</sup> Manual do SCO - Sistema de Comando em Operações – Guia de Campo. Marcos de Oliveira. Florianópolis: Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, 2010, p. 13.

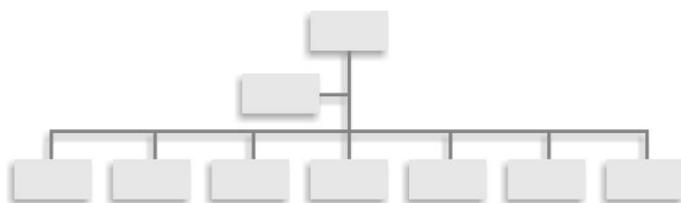


Fig. 8 – Estrutura organizacional alongada horizontalmente. Menor quantidade de níveis hierárquicos. (Fonte: autor, 2023)

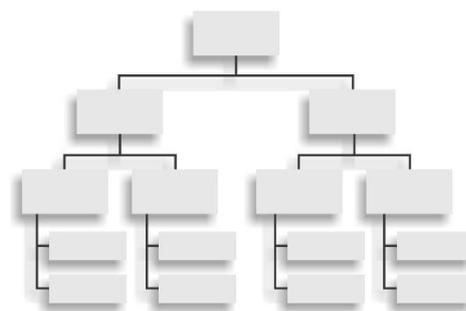


Fig.9 – Estrutura organizacional alongada verticalmente. Maior quantidade de níveis hierárquicos. (Fonte: autor, 2023)

Para definir a correta amplitude de controle deve-se verificar a natureza das tarefas a serem realizadas. Seu grau de clareza, comunicação e aceitação dos objetivos; grau de definição, simplicidade e repetitividade das atividades dos subordinados. Segundo a doutrina emanada pelo NIMS<sup>14</sup>, para o Sistema de Comando de Incidentes, a proporção ideal da amplitude é de um chefe responsável por cinco subordinados. Contudo, esta mesma doutrina deixa claro que a proporção deve ser medida e julgada de acordo com as especificidades do incidente, dos recursos disponíveis e da natureza desse incidente.

A Teoria Clássica da Administração, desenvolvida por Fayol<sup>15</sup>, corrobora com a visão descrita pelo NIMS a qual estabelece que na administração de pessoal, uma única pessoa deve ter em sua subordinação direta três ou até sete outras pessoas, sendo cinco o número ideal. Além deste número torna-se difícil o controle e a coordenação, o que dificulta o fluxo de ordens e o retorno dos resultados esperados. É um obstáculo também para a comunicação.

Embora modernamente este conceito não seja ponto pacífico entre os administradores, no local de um incidente tem aplicabilidade mais que razoável, face à necessidade de se estabelecer um parâmetro na gestão de pessoas em uma emergência. Dessa forma, para o SCI, cinco seria o ideal, sete seria o máximo, mas, como mencionado acima, nada impede que a amplitude seja definida com base em outros parâmetros.

### Instalações

O Guia de Operações de Combate Ampliado aos Incêndios Florestais do Prevfogo/Ibama (2019), com base no NIMS/SCI, define que as Instalações são espaços físicos ou estruturas fixas ou móveis, designadas pelo Comandante do Incidente (CI) para cumprir uma função específica no SCI. Ao estabelecer as instalações em um incidente, devem ser considerados os seguintes fatores:

- Necessidades prioritárias;
- Tempo que cada instalação estará em operação;
- Custo do estabelecimento e operação da instalação;
- Elementos ambientais que podem afetar as instalações;
- Condições de pessoal para garantir seu funcionamento.

As instalações mais utilizadas são:

- Posto de Comando – PC
- Área de Espera – E
- Base – B

<sup>14</sup> "An introduction to the Incident Command System, ICS 100", Federal Emergency Agency - FEMA, pp. SM-55.

<sup>15</sup> Manual de Sistema de Comando de Incidentes – SCI – Academia de Bombeiro Militar D. Pedro II, 3º ano do CFO - Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ, 2011. pp. 20-21.

- Acampamento – A
- Helibase (Heliporto) – H
- Heliponto – H1

As instalações devem ser localizadas em área próxima ao evento, porém, em ambiente controlado de fácil acesso conforme a destinação da instalação. Com comunicação necessária entre as demais instalações relacionadas.

#### ***Posto de Comando***

Posto de Comando é o lugar a partir do qual se exercem as funções de comando, devendo ser instalado em todas as operações que utilizam o SCI, independentemente do tamanho e da complexidade da situação.

Deve ser o mais próximo possível do incidente, em local seguro e apropriado ao desenvolvimento da função e identificado. O PC deve ter comunicação com os principais recursos empregados, é o local onde se instala o Comando do Incidente, os Oficiais do Staff de Comando e os Chefes de Seção. Neste é instalada a sala da Unidade de Situação, da Seção de Planejamento, onde serão realizadas as reuniões para a elaboração do Plano de Ação de Incidentes (PAI).

#### ***Área de Espera***

A Área de Espera é um local, delimitado e identificado, para se dirigirem os recursos operacionais que se integrarem ao SCI, onde ocorre a recepção (*check-in*) e o cadastramento dos recursos. Caso os recursos não sejam necessários imediatamente, eles permanecem em condições de pronto emprego, aguardando o seu acionamento.

O Comandante do Incidente (CI) poderá estabelecer as Áreas de Espera que considerem necessárias. Cada área de espera terá um encarregado, que é responsável pelo registro de chegada de pessoal e recepção de equipamentos, designando os recursos disponíveis de acordo com o indicado pelo CI ou pelo Chefe de Operações.

#### ***Base***

A Base é uma instalação utilizada em grandes incidentes, sendo o lugar onde se realizam as funções logísticas primárias. Geralmente há somente uma base em cada incidente, no entanto, existem eventos em que pode haver bases auxiliares, como nos grandes incêndios florestais, acidentes da indústria de petróleo e gás *offshore*. Pelo fato de existir mais de uma frente de atuação poderão ser montadas tantas bases auxiliares quantas se fizerem necessárias. A base, pela sua característica, muitas vezes é um bom local para se instalar o PC.

#### ***Acampamento***

Lugar dentro da área geral do incidente, equipado e preparado para proporcionar ao pessoal um local para alojamento, alimentação e instalações sanitárias. O Acampamento pode localizar-se na Base e desempenhar a partir daí as funções específicas. Em um incidente, podem-se estabelecer vários Acampamentos, sendo que cada um deve ter um encarregado e ser identificado por nome geográfico ou número.

#### ***Helibase/Heliporto/Base Aérea***

Lugar de pouso, estacionamento, abastecimento e manutenção de helicópteros e aviões.

### *Heliponto*

Local onde os helicópteros, nas missões de fiscalização, monitoramento, atendimento às emergências ambientais e combate a incêndios florestais, podem aterrissar, decolar, carregar e descarregar pessoas, equipamentos e materiais.

### *Outras instalações*

Ainda de acordo com a doutrina do NIMS<sup>16</sup>, outras instalações poderão ser montadas, dependendo da especificidade do evento, como: áreas de triagem de múltiplas vítimas; abrigos de emergência e pontos de distribuição, centro de triagem de animais, área de retenção de óleo, queimador provisório de gás e etc.

---

<sup>16</sup> "An introduction to the Incident Command System, ICS 100", Federal Emergency Agency - FEMA, p. SM-57.

## Gerenciamento Coordenado de Recursos (Gerenciamento Integral/Integrado de Recursos)

Para uma eficiente gestão de recursos em um incidente há que se definir os mecanismos e procedimentos padrões para identificar, requisitar, solicitar, adquirir, mobilizar, rastrear (localizar), desmobilizar, reembolsar e repor recursos, como pessoal, equipes, instalações, equipamentos e suprimentos.

Alguns critérios são estabelecidos pelo NIMS<sup>17</sup>:

- tipo e identificação do recurso a ser empregado, solicitado, despachado, substituído e etc., *Exemplo:* brigada de combate a incêndio, aeronave de asa rotativa de combate, embarcação de fiscalização;
- qualificação, certificação e credenciamento de pessoal;
- Aquisição, armazenamento e inventário de recursos.

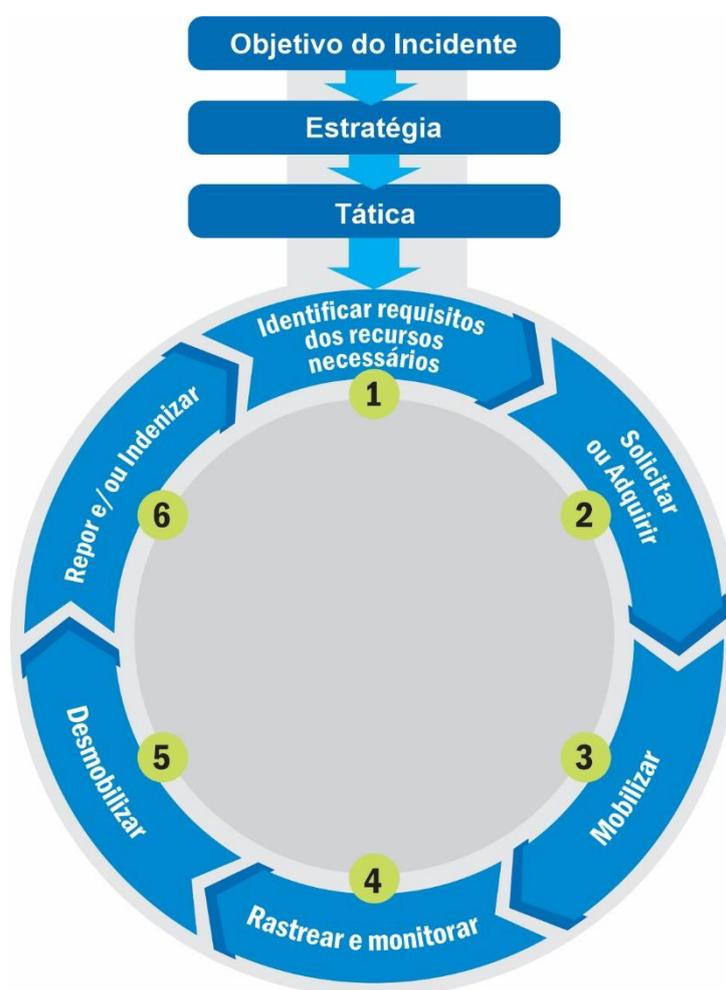


Fig. 10 – Tarefas primárias sobre o gerenciamento coordenado de recursos durante o incidente<sup>18</sup>. (Fonte: NIMS, 2017)

Os recursos terão o seguinte status: **disponível**, ou seja, pronto para emprego; **indisponível** e **designado** (recurso em emprego/uso).

<sup>17</sup> "An introduction to the Incident Command System, ICS 100", Federal Emergency Agency - FEMA, p. SM-58.

<sup>18</sup> "National Incident Management System, Third Edition, October 2017, p. 12".

## Comunicações

Na estrutura do SCI, as comunicações são estabelecidas em um único plano, no qual é utilizada a mesma terminologia, os canais e frequências são comuns ou interconectados e as redes de comunicação são estabelecidas dependendo do tamanho e complexidade do incidente.

É indispensável que no SCI se elabore um Plano de Comunicações que deverá prever uma série de condições operacionais, administrativas e outras que forem necessárias, como: quem falará com quem, como, quando, por qual meio e etc.

O plano também deve prever o estabelecimento de diferentes redes de comunicação para evitar um congestionamento de transmissões, que possam atrapalhar o bom desenvolvimento da resposta ao incidente<sup>19</sup>. As redes de comunicação são estabelecidas dependendo do tamanho e complexidade do evento ou incidente. Desta forma, recomenda-se que se estabeleça as seguintes redes: estratégica (primeiro escalão); comando (do incidente); tática; administrativa; terra-ar; ar-ar; terra-terra e atendimento médico de urgência (fig.11).

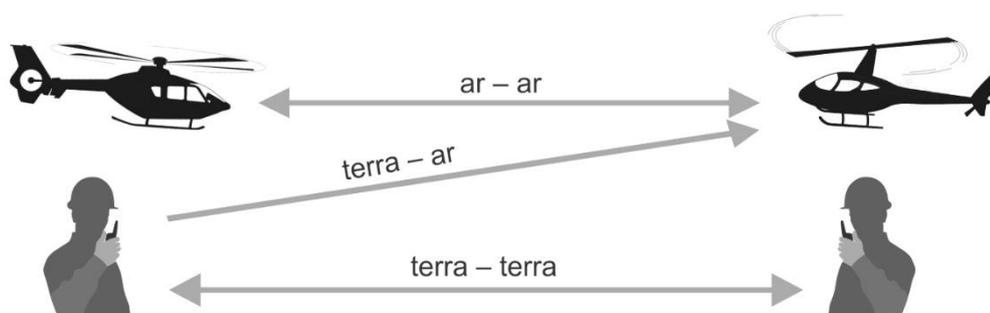


Fig. 11 – Esquema de comunicação (Fonte: autor, 2023)

Ainda, de acordo com o que preconiza o NIMS<sup>20</sup>, para uma eficiente comunicação integrada devem ser observados os seguintes requisitos:

- Conectividade estável;
- Consciência situacional<sup>21</sup>;
- Compartilhamento de informações de acordo com os níveis e privilégios de acesso.

### Estabelecimento e Transferência de Comando

No SCI o comando do incidente é plenamente identificado e previamente estabelecido. Os critérios objetivos para o estabelecimento do comando de um incidente têm como base o seguinte:

- Resposta de uma única agência em virtude de suas atribuições legais, ainda que receba suporte de outros órgãos no apoio;
- Atendimento de ocorrência próxima a recursos disponíveis de uma agência, ainda que esta não seja a respondedora principal;

<sup>19</sup> Manual de Sistema de Comando de Incidentes – SCI – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, 2011, pp. 24-26.

<sup>20</sup> “An introduction to the Incident Command System, ICS 100”, Federal Emergency Agency - FEMA, p. SM-60.

<sup>21</sup> Consciência situacional (*situational awareness*, no original em inglês) é o mecanismo de tomada de conhecimento de tudo o que está acontecendo no cenário do incidente, desde quem está sendo empregado, onde as equipes se encontram, o que estão fazendo e etc., tudo em tempo real.

- Resposta a um evento em que houve, por meio de protocolo específico e integrado, o empoderamento a uma agência específica.

Quando o incidente se torna complexo e há necessidade de aporte de mais recursos, seja da agência respondedora principal e/ou de agências apoiadoras, há a necessidade da transferência de comando. Esta deverá ser efetuada de forma clara e objetiva, sendo necessária a identificação daquele que assume (fig. 12), pelo menos àqueles diretamente envolvidos na gestão do incidente. Em alguns casos, deverá ser precedida de uma ordem oral ou por escrito do responsável pela agência que coordena as operações, devendo ser preenchido o formulário SCI 201 por aquele que transfere o comando, sendo necessário, ainda, a realização de um *briefing* por aquele que passa o comando àquele que irá recebê-lo, para esclarecer todas as ações em curso até o momento da transferência.

Nesse *briefing*, de acordo com o NIMS<sup>22</sup>, as seguintes informações devem ser repassadas para quem assume o comando:

- Descrição da evolução do incidente desde seu início;
- Prioridades e objetivos estabelecidos até a data de transferência;
- Plano de Ação de Incidente (PAI) em curso;
- Estrutura organizacional atual;
- Recursos solicitados e aqueles necessários;
- Instalações existentes;
- Plano de comunicações atualizado;
- Restrições ou limitações para a atuação;
- A tendência de evolução do incidente (consciência e análise situacional);
- As autoridades que foram delegadas/atribuídas funções específicas.

Poderá o Comandante que assume designar ao comandante substituído alguma tarefa no incidente, de forma a possibilitar o compartilhamento progressivo das informações necessárias ao estabelecimento das novas estratégias e de novos objetivos.

O procedimento tem também a finalidade de manter clara a linha de comando e isso vale para a substituição de qualquer componente com responsabilidade direta sobre outras pessoas. Dentro do local do incidente as pessoas integrantes devem se reportar preferencialmente à quem se encontram subordinadas da forma que foi definido na estrutura organizacional do incidente, porque isso facilita o trâmite das informações, agiliza e acelera as tomadas de decisões<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> "An introduction to the Incident Command System, ICS 100", Federal Emergency Agency - FEMA, p. SM-94.

<sup>23</sup> Manual de Sistema de Comando de Incidentes – SCI – Academia de Bombeiro Militar D. Pedro II, 3º ano do CFO - Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ, 2011. p. 21.



Fig. 12 – Transferência formal do comando de um incidente. (Fonte: autor, 2023)

### **Comando Unificado**

Em um comando unificado não há um “único comandante do incidente”. Este deverá ser estabelecido por meio de protocolo de forma prévia, visando a administração de eventos complexos em que haja necessidade de participação efetiva de mais de uma agência de resposta ao incidente específico com competências distintas e mesmo concorrentes e/ou subsidiárias.

No comando unificado, ainda que os objetivos sejam estabelecidos em comum acordo e que haja mútua cooperação, não há prejuízo no exercício das funções dos órgãos em razão de suas atribuições legais. É a união de diferentes órgãos (*fig. 13*) trabalhando por objetivos comuns sem que esses percam sua identidade institucional, formando um todo organizado.



Fig. 13 – Comando Unificado reunindo representantes de diversas agências. (Fonte: autor, 2023)

### **Cadeia de Comando e Unidade de Comando (Comando e Controle)**

A cadeia de comando é a linha ordenada que desce verticalmente e que detalha o alcance da autoridade, deixando claro, junto aos subordinados, quem efetivamente pode dar um comando ou uma ordem, evitando assim problemas de controle, supervisão e falha de comunicação. (fig.14).



Fig. 14 – Cadeia de comando. (Fonte: autor, 2023)

Quando integrantes de diversas agências se juntam para gerenciar um incidente de forma integrada, na doutrina do SCI, eles deixam, durante a estrita atuação no evento de se reportar aos chefes imediatos de suas organizações e passam a responder diretamente ao supervisor designado na estrutura organizacional do incidente. É necessário que a subordinação esteja clara nos protocolos de ações integradas durante o período operacional e no decorrer da resposta. É desejável que os agentes sejam afastados de suas rotinas institucionais durante a atuação no incidente.

Na Unidade de Comando<sup>24</sup> é necessário:

- Reportar-se somente ao supervisor designado pelo SCI;
- Receber ordem e missões somente do supervisor hierarquicamente acima designado.

### **Efetivo Controle dos Recursos (Responsabilização)**

No incidente há a necessidade de gerenciar de forma efetiva todos os recursos que entram ou que saem do cenário<sup>25</sup> da ocorrência. É necessário por parte das agências e de seus representantes ter as responsabilidades previamente definidas. Ninguém deve entrar, ou sair, do local do incidente, sem que haja a autorização ou fazer algo sem ter sido designado para tal. Por isso, os seguintes princípios devem ser observados, de acordo com o NIMS<sup>26</sup>:

- *Check-in/Check-out* – todos os respondedores devem passar por barreiras de checagem na entrada e na saída do local da ocorrência;
- Plano de Ação de Incidentes (PAI) – a resposta ao incidente deve ocorrer e ser coordenada de acordo com o previsto no plano;
- Unidade de Comando – cada indivíduo se reporta apenas ao seu supervisor hierarquicamente acima designado;
- Responsabilidade Individual – cada pessoa deve ter disciplina consciente e se responsabilizar pelas suas ações;
- Amplitude de Controle – os supervisores devem estar em condições de gerenciar suas equipes designadas de forma eficaz, mantendo comunicação eficiente e clara com esses;
- Supervisão dos recursos – cada encarregado deve manter efetiva supervisão dos recursos, em todo o tempo, com o conhecimento de suas localizações, do andamento de seus trabalhos e deve comunicar à autoridade superior qualquer alteração que surja no emprego desses.

### **Mobilização e Desmobilização**

Os recursos humanos devem atender ao incidente apenas quando forem solicitados. Quando despachados devem ter critérios estabelecidos para o efetivo controle dos recursos, anteriormente descritos. Da mesma forma, só poderão ser desmobilizados ou substituídos por meio de ordem específica do Comando do Incidente, mediante critérios claros que levem em conta a carga horária máxima de trabalho e o descanso obrigatório.

### **Gerenciamento de Informações e de Inteligência**

No gerenciamento do incidente deve-se estabelecer os processos para coleta, análise, avaliação, compartilhamento e gestão das informações não classificadas e aquelas classificadas (reservado, restrito, secreto e etc.) pela inteligência. Segundo o NIMS,<sup>27</sup> as informações de inteligência devem estar restritas às organizações policiais, Ministério Público, vigilância sanitária, operações de fiscalização e de monitoramento ambiental.

---

<sup>24</sup> Não se confunde aqui a Unidade de Comando com o Comandante do Incidente (CI). Nesse caso, a Unidade de Comando se refere a pessoa que efetivamente está diretamente responsável por alguém ou por uma equipe. O CI, nesse caso, exerce sua autoridade e hierarquia sobre todas as pessoas envolvidas na estrutura organizacional do incidente, entretanto, não é bom que ele exerça essa prerrogativa sem o conhecimento das pessoas que estão responsáveis pelos seus integrantes diretos.

<sup>25</sup> As Forças Armadas empregam o termo “Teatro de Operações” para definir a área geográfica delimitada de atuação operacional.

<sup>26</sup> “An introduction to the Incident Command System, ICS 100”, Federal Emergency Agency - FEMA, p. SM-67.

<sup>27</sup> “An introduction to the Incident Command System, ICS 100”, Federal Emergency Agency - FEMA, p. SM-71.

## O NIMS E OS SISTEMAS NACIONAIS PÁTRIOS

Além das diretrizes do NIMS, é necessário considerar os sistemas nacionais da área de gestão de incidentes, como o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), estabelecido pela Lei nº 12.608, de 12 de abril de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020; o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), sancionada pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 6 de julho de 1990; o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, regulamentada pelo Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018 e o Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.

Na gestão de incidentes é definida as atribuições e responsabilidades dos entes federativos, bem como as diretrizes e princípios de cada sistema. Esses sistemas dão suporte às legislações que instituíram e/ou criaram os órgãos e agências responsáveis pela administração de emergências, de desastres e de crises. Qualquer tipo de incidente em que se faz necessário uma pronta resposta visando o restabelecimento da normalidade ou a restauração de um dano, além do que preconiza o SCI, deverá considerar os atuais sistemas em suas ações. Isso, ajudará o Comando a estabelecer diretrizes e objetivos.

A Lei Complementar nº 140/2011, também, deve ser considerada, pois estabelece a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.

### Quiz Unidade 3

---

1- Assinale abaixo cinco características de gerenciamento de incidentes, de acordo com a doutrina do NIMS:

- a) ( ) – organização modular
- b) ( ) – estabelecimento de plano de ação de incidente
- c) ( ) – necessário estabelecimento de comando unificado
- d) ( ) – terminologia comum
- e) ( ) – amplitude de controle
- f) ( ) – gerenciamento por objetivos
- g) ( ) – proatividade
- h) ( ) – necessidade de *check-in/check-out* na área do incidente

## Unidade 4

**Objetivo:** ao final desta unidade o(a) aluno(a) deverá descrever as áreas funcionais do SCI bem como as atribuições do *staff* do Comandante do Incidente.

### Descrição das áreas funcionais e das atribuições do staff do Comandante

---

De acordo com o NIMS,<sup>28</sup> em todo incidente é necessário estabelecer áreas funcionais e promover a adequada organização modular de forma a designar os recursos necessários para um eficiente comando e controle na resposta. Conhecer essas áreas e as atribuições de cada integrante da organização possibilitará que o Comando do Incidente designe as missões e receba o devido *feedback*. Pela padronização das áreas funcionais as pessoas designadas saberão com clareza as suas atribuições na administração do incidente.

O SCI tem cinco áreas funcionais: Comando, Operações, Planejamento, Logística e Finanças. Contudo, quando há a necessidade de coleta, análise, avaliação, compartilhamento e gestão de informações classificadas pela inteligência de uma agência ou de uma determinada área, que tenha a atribuição e o poder de polícia, pode se estabelecer uma área funcional específica de investigação e de inteligência, especialmente, em caso de fiscalização e repressão de crimes ambientais, ocorrências com vítimas fatais, ações terroristas e emergências ambientais de natureza química, biológica, radioativa e nuclear.

Ressalte-se que essas áreas funcionais são totalmente ativadas se houver necessidade e a critério do Comandante do Incidente.

A estrutura organizacional do SCI não se confunde com a estrutura organizacional das agências, nem interfere nas ações internas das instituições. Só é ativada, mediante protocolos integrados, quando da eclosão do incidente, se desfazendo ao seu término.

#### 1) Comando:

É responsável pelo gerenciamento geral do incidente, pela segurança das operações, coleta, análise e divulgação de informações, e pelo estabelecimento de canais de comunicação com as demais agências e instituições que integram as equipes de resposta ao incidente. O Comando do Incidente inclui certas funções de *Staff* necessárias para o seu apoio. No SCI a função de Comando pode ser exercida de duas formas: Comando Individual (Singular) e Comando Unificado.

1.1 – Comando Individual ou Singular: o Comando de um Incidente é definido em razão das atribuições legais e da jurisdição da agência respondedora principal que prepara, no primeiro momento, os objetivos a serem alcançados, estabelecendo as bases para as subsequentes ações de planejamento. Cabe ao Comandante do Incidente (CI) aprovar o Plano de Ação do Incidente (PAI), as requisições e designações dos recursos, definindo as missões no terreno.

Para alcançar os objetivos o CI trabalha em conjunto com o *staff* e especialistas, de forma a avaliar, permanentemente, os objetivos traçados e considerar estratégias alternativas. Em incidentes pequenos, o Comandante do Incidente pode acumular as demais funções, por isso, conforme o NIMS, o CI é a única função do SCI que sempre será designada<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> "An introduction to the Incident Command System, ICS 100", Federal Emergency Agency - FEMA, p. SM-77.

<sup>29</sup> "An introduction to the Incident Command System, ICS 100", Federal Emergency Agency - FEMA, p. SM-89.

Mas pode ter um substituto (adjunto e/ou auxiliar), com as mesmas qualificações, devendo trabalhar conjuntamente com o CI, apoiando-o quando necessário ou executando tarefas especiais.

1.2 – Comando Unificado: o Comando do Incidente é estabelecido em razão das atribuições e/ou competências concorrentes e/ou subsidiárias entre as agências. Esse Comando, com representatividade de cada agência respondedora, estabelece os objetivos gerais e as estratégias das ações. Representa um avanço na coordenação gerencial de incidentes complexos e deve ser estabelecido, por exemplo, nas seguintes condições:

1.2.1 Incidente contido em única jurisdição, porém com mais de uma agência ou instituição envolvidos, seja em função da natureza do incidente, seja pela necessidade de suporte adicional de recursos ou em razão das atribuições legais de órgãos de outras esferas de poder. Por exemplo: um incêndio florestal em uma Unidade de Conservação Federal. Nesse caso a competência é restrita ao ICMBio, contudo, caso os recursos empregados não sejam suficientes para a contenção, deverá solicitar apoio ao Ibama (esfera federal) e, possivelmente, ao Corpo de Bombeiros Militar (esfera estadual);

1.2.2 Incidente multijurisdicional por essência. Exemplo: a fiscalização e repressão de crimes ambientais. Nesse caso, teríamos competências similares entre o Ibama e a Polícia Federal, e dependendo da área geográfica e do tipo de crime, podendo, também, ser envolvidas outras agências como as demais Polícias (Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar e Polícia Civil) e os órgãos ambientais estaduais, distrital e municipais e o próprio ICMBio considerando sua competência definida na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Os integrantes que compõem o Comando Unificado devem ser escolhidos e empoderados pelas suas agências, e, conjuntamente, devem estabelecer os objetivos, estratégias e prioridades. Semelhante ao Comando Individual/Singular, o Chefe de Operações é o responsável pela implementação do plano.

A escolha do Chefe de Operações é consensual, porém deve ser escolhido dos quadros da agência que tenha a atribuição legal mais preponderante no incidente, ou aquela com maior quantitativo de recursos empregados. Pode a escolha recair também naquele mais qualificado ou naquele determinado por regulamentação específica. Qualquer que seja a decisão, ela é feita previamente ao incidente e deverá constar em protocolo específico com a deliberação consensual de cada instituição.

## **2) Staff do Comando:**

São as funções chaves que ficam subordinadas diretamente ao CI. No SCI existem três funções de *staff*:

2.1 – Oficial de Informações Públicas: prepara um minucioso e completo informativo sobre a causa, dimensão e situação atual do incidente, recursos envolvidos e outras questões relevantes. Faz a ligação com a imprensa e outros órgãos governamentais com interesses no evento. Há somente um oficial de informações, que poderá ter auxiliares de outras instituições. Pode, também, exercer funções de assessoria de Comunicação.

2.2 – Oficial de Segurança: avalia as condições inseguras e perigosas e desenvolve ações que visem a proteção individual de qualquer pessoa envolvida no incidente. Tem a autoridade emergencial para deter na linha de frente, ou em outra situação, qualquer comportamento ou ação perigosa. Um único oficial é designado, porém, pode ser auxiliado por pessoal de outras instituições;

2.3 – Oficial de Ligação: é o contato entre os representantes das agências envolvidas. No Comando Singular ou no Unificado, os representantes das agências envolvidas coordenam via Oficial de Ligação. Os representantes das agências têm a autoridade para falar por suas agências em todas as questões.

Nos Estados Unidos algumas instituições com poder de polícia costumam acrescentar um Oficial de Inteligência no *staff* do CI. Quando necessário, como dito anteriormente, pode-se ter uma área funcional específica de inteligência/investigação no *staff* geral do Comando do Incidente (*fig. 15*). O Comandante do Incidente pode designar, também, especialistas ou técnicos para assessoramento pessoal caso seja necessário<sup>30</sup>.



Fig. 15 – Staff do Comando e Staff Geral, com a possibilidade de se inserir a Seção de Inteligência e Investigação. (Fonte: An introduction to the Incident Command System, ICS 100, 2018)

O SCI é baseado em Comando e Controle, ou seja, estabelece previamente a cadeia de comando e o controle dos recursos no gerenciamento pontual de um incidente, sem prejuízo as atribuições legais e demais rotinas das instituições. Contudo, dependendo do tipo, intensidade e magnitude do evento, há uma coordenação com outras estruturas, como Centros de Operações de Emergência, Centrais de Atendimento e Despacho, Assessorias de Comunicação Social entre outras. Nesse caso, há protocolos específicos de coordenação integrada<sup>31</sup>.

<sup>30</sup> “An introduction to the Incident Command System, ICS 100”, Federal Emergency Agency - FEMA, p. SM-98.

<sup>31</sup> “An introduction to the Incident Command System, ICS 100”, Federal Emergency Agency - FEMA, pp. SM-105-108.

#### Quiz Unidade 4

---

1- São áreas funcionais, à exceção da área de investigação e inteligência, de acordo com o NIMS, as seguintes opções abaixo (assinale cinco alternativas corretas):

- a) ( ) – Chefia e Controle
- b) ( ) – Planejamento
- c) ( ) – Segurança
- d) ( ) – Operações
- e) ( ) – Comando
- f) ( ) – Logística
- g) ( ) – Instalações
- h) ( ) – Administração e Finanças

## Unidade 5

**Objetivo:** ao final desta unidade o(a) aluno(a) deverá descrever as atribuições do *staff* geral do Comandante do Incidente bem como a descrição das terminologias empregadas para definir as funções no SCI.

### Descrição das atribuições do *staff* Geral do Comando do Incidente

---

Compõe o Comando do Incidente quatro funções designadas como *Staff* Geral que são: Seções de Operações, Planejamento, Logística e de Administração e Finanças. Já vimos que pode ser inserida, também, uma Seção de Inteligência e de Investigação, caso haja necessidade.

#### 1 – Seção de Operações

##### 1.1– Descrição das funções da Seção de Operações

É a seção responsável em conduzir as operações para atingir os objetivos do incidente. Estabelece as táticas e comanda o emprego dos recursos, sendo aplicados para reduzir o perigo imediato, estabelecendo o controle da situação e restaurando a normalidade.

É a primeira seção a ser ativada podendo acumular as funções das demais caso o incidente não seja complexo, visto que uma das características de gerenciamento do SCI é a sua capacidade de se estruturar de forma modular.

Também possui a característica única, dentre as demais seções, de ser estabelecida da forma *bottom up*, ou seja, de baixo para cima (literalmente). A Seção de Operações é a mais ajustável e adaptável às circunstâncias do incidente, por isso, dificilmente, saberemos previamente como ficará a estrutura organizacional dela em face da sua dinâmica.

O chefe da Seção de Operações ajuda o Comando do Incidente a definir as estratégias e é responsável diretamente pela aplicação tática dos recursos. Deve-se, contudo, entender a diferença entre estratégia e tática<sup>32</sup>:

- Estratégia: é um processo intelectual, determinado pelo Comando do Incidente, fundamentado nos objetivos gerais pré-estabelecidos. Como resultado, o Plano de Ação do Incidente é desenvolvido em direção aos objetivos definidos.
- Tática: é a aplicação prática de recursos no terreno (pessoal e material) para implementar o Plano de Ação do Incidente (PAI).

##### 1.2– Organização da Seção de Operações: poderá se subdividir em: Setor (Ramo); Divisão ou Grupo de Suporte de Solo (ou de Operações Terrestres); Divisão ou Grupo de Operações Aéreas e Área de Espera (Prontidão) (*fig. 16*)

---

<sup>32</sup> Manual de Sistema de Comando de Incidentes – SCI – Academia de Bombeiro Militar D. Pedro II, 3º ano do CFO - Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ, 2011. p. 26.



Fig. 16 – Organograma básico da Seção de Operações quando envolve uso de aeronaves. (Fonte: autor 2011)

### 1.2.1 – Atribuições:

- a) Chefe e Substituto (adjunto/auxiliar/assistente<sup>33</sup>): é o responsável pelo gerenciamento de todas as operações táticas do incidente e assiste à elaboração do Plano de Ação do Incidente. O substituto tem as mesmas qualificações e pode ser de outras agências. Por ser designado para cada período operacional, deve ter envolvimento direto na preparação do período sob sua responsabilidade.
- b) Recursos Táticos (Setor/Divisão/Grupo de Suporte de Solo ou de Operações Terrestres): em um incidente o recurso enviado inicialmente irá se reportar ao CI. Quando o incidente aumenta em tamanho e complexidade, o CI nomeia um chefe de operações para assumir a direção tática dos recursos.

### 1.2.2- Na Seção de Operações, de acordo com o SCI, os recursos são organizados da seguinte forma:

- a) Recursos Únicos (Singulares/Individuais): Recursos Únicos (Singulares/Individuais): são designados na primeira resposta (ou pronta-resposta), porém, podem ser despachados como apoio em incidentes extensos, ou, apoiam nas situações que se requer a utilização única de um pessoal ou equipamento específico. Esse tipo de recurso inclui o equipamento e seu(s) operador(es) ou vice-versa.
- b) Equipe de Intervenção: são grupos de recursos semelhantes, por exemplo, grupo de helicópteros, de retroescavadeiras, operando com um líder e comunicação comuns. Por serem semelhantes, têm grande entrosamento e são, conseqüentemente, facilmente gerenciáveis.

<sup>33</sup> Não há consenso no SCI utilizado no Brasil para a tradução do termo “deputy”. Este termo pode ser traduzido como: substituto, adjunto, assistente e/ou auxiliar. No Manual SCI 300 a tendência é de se limitar aos termos “adjunto, substituto, auxiliar e/ou assistente”. Na prática o “deputy” é o segundo em hierarquia após seu chefe imediato sendo também aquele que o substitui em sua ausência com poderes delegados anteriormente.

- c) Força-Tarefa (: é uma combinação de recursos diferentes reunidos para uma missão sob o comando de um único líder. Quando diferentes recursos atuam sob uma única liderança isto colabora com a adequada amplitude de controle.
- d) Divisão e Grupo: são estabelecidos quando o número de recursos excede a amplitude de controle do Chefe de Operações. A Divisão no SCI é estabelecida levando em consideração a extensão geográfica do incidente. Os Grupos são designados em função da sua especialidade.

e) Setores (Ramos): são estabelecidos com os seguintes propósitos:

- Quando o número de divisões ou grupos ultrapassa a amplitude gerencial de controle (entre 3 e 7 o número ideal) do Chefe de Operações;
- Quando a natureza do incidente requer a divisão funcional (tipo de serviço prestado ou classe/função). Por exemplo, a queda de um avião comercial com múltiplas vítimas, inclusive fatais, envolve, pelo menos, as seguintes instituições: Força Aérea Brasileira (FAB), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Corpo de Bombeiros Militar (CBM), polícias (PF, PRF, PM e PC) e serviço médico (SAMU). Nesse caso poderia ser estabelecido um setor de resgate (com CBM, SAMU, Defesa Civil e etc.) e um de atividades de investigação/inteligência (FAB, Polícia Federal, Polícia Civil, ANAC e etc.);
- Se considerarmos que esse mesmo incidente envolve agências de diferentes jurisdições e atribuições e os recursos funcionam melhor sob o comando de integrantes oriundos de suas próprias instituições, podemos dividir os setores da seguinte forma: de atividades de bombeiro militar; de atividades da FAB; de atividade do SAMU; de atividades da Polícia Federal; de Atividades da Polícia Civil, de Atividades da ANAC e assim por diante.

f) Área de Espera (Prontidão): designada pelo Chefe de Operações para alocar os recursos de pronto emprego em um intervalo curto de tempo. Os recursos podem, ou não, ser alocados, não podendo ser desmobilizados sem a devida ordem do Chefe da Seção.

g) Operações Aéreas: a coordenação de operações aéreas cabe diretamente ao próprio Chefe de Operações. Entretanto, caso a complexidade do evento aumente e haja a necessidade de manter a devida amplitude de controle, o Chefe de Operações pode designar um Coordenador, Supervisor ou Líder, que responde por essa atividade específica (fig. 17).

h) Grupo de Suporte Aéreo: é responsável por estabelecer e operar a *helibase* (heliporto) e o heliponto e pela ligação com a base de aviões fora da área do incidente. O Supervisor do Grupo de Suporte Aéreo é o responsável por manter as aeronaves disponíveis e prontas. O Líder da Equipe de Intervenção Aérea deve primar pela interação operacional entre as aeronaves, sobretudo, quando trabalham simultaneamente no mesmo cenário do incidente.



Fig. 17 – Possível estrutura organizacional do Setor de Operações Aéreas em um incidente complexo. (Fonte: autor, 2011)

## 2 – Seção de Planejamento

### 2.1 - Descrição das funções da Seção de Planejamento:

É a responsável por coletar, avaliar e disseminar as informações sobre o incidente. Essa seção avalia as informações e prevê eventos futuros, preparando estratégias alternativas para a avaliação do Comandante do Incidente (CI), mantendo o status (informação em tempo real) dos recursos, documentando as atividades do incidente e preparando um plano para a desmobilização. A Seção de Planejamento só é ativada após a Seção de Operações se sobrecarregar em função da evolução crescente do incidente.

### 2.2 - Organização da Seção de Planejamento:

Essa seção é dirigida pelo Chefe da Seção de Planejamento e consiste em quatro unidades principais: recursos, situação, documentação e desmobilização, podendo ainda empregar um número de especialistas ou técnicos para uma necessidade tática estratégica ou para auxiliar na avaliação da situação e prognóstico, contribuindo, também, para a requisição de pessoal e material (*fig.18*).

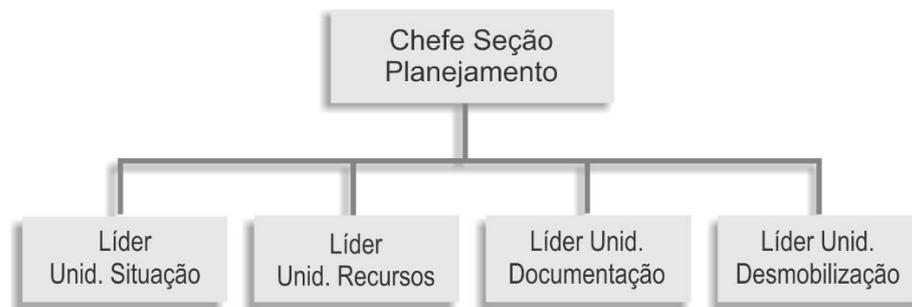


Fig. 18 – Estrutura organizacional da Seção de Planejamento. (Fonte: (Fonte: An introduction to the Incident Command System, ICS 100, 2018)

#### 2.2.1 – Atribuições:

O Chefe e Substituto (adjunto) da Seção de Planejamento: é o responsável por reunir todos os dados do incidente e o estabelecimento dos recursos, e no desenvolvimento das alternativas para as operações táticas, à condução das reuniões diárias, a preparação do Plano de Ação do Incidente (PAI) para cada período operacional e do Plano de Desmobilização do incidente.

O Chefe da Seção de Planejamento deve pertencer à jurisdição mais competente e o substituto pode ser de uma das demais agências envolvidas no incidente.

2.2.2- Na Seção de Planejamento, de acordo com o SCI, os recursos são organizados da seguinte forma:

- a) Unidade de Recursos: coleta e divulga informações relativas à entrada, localização e disponibilidade de recursos em uso, bem como a atual situação de todos esses recursos empregados. A Unidade deve registrar todo o pessoal e material que ingresse no incidente, o que resulta em uma listagem completa e atualizada de todos os recursos envolvidos.

- b) Unidade de Situação: coleta, processa, organiza e divulga os dados do incidente para preparar um sumário da situação (a ser apresentado em cada reunião), projeções, prognósticos, mapas e demais informações para uso no incidente.
- c) Unidade de Documentação: realiza a manutenção precisa e correta dos formulários, sua elaboração e o arquivo de toda a documentação produzida no incidente, cujo registro se prestará a propósitos legais, analíticos e históricos.
- d) Unidade de Desmobilização: desenvolve o Plano de Desmobilização, que inclui instruções para a desmobilização de todos os recursos passíveis desse procedimento. Essa unidade também assegura que o plano seja informado a todos os órgãos pertinentes. Quanto maior for a antecedência do Plano de Desmobilização, maior a possibilidade de executar um rodízio de recursos da maneira adequada.
- e) Especialistas Técnicos: como o SCI é utilizado para um amplo leque de atividades, pode se recorrer à ajuda de especialistas das mais diversas áreas, que se ficam subordinados, diretamente, ao Chefe da Seção de Planejamento. Podem, também, ser inseridos em uma Unidade já existente, como o Analista de Comportamento de Fogo e o Meteorologista que ficam na Unidade de Situação ou podem compor uma unidade própria ligada à Seção de Planejamento, dependendo das necessidades do evento ou da deliberação da chefia de planejamento. As demais Seções (Operações, Logística, Administração e Finanças e Inteligência) podem contar com especialistas em razão de uma necessidade específica.

### 3 – Seção de Logística

#### 3.1 - Descrição das funções da Seção de Logística:

Essa seção tem como atribuição promover o apoio por meio de suprimentos de equipamentos, de pessoal e de serviços ao Plano Tático. Isso é cumprido pelos Setores de Serviços e de Suporte (*fig. 19*), através de:

- Solicitação de material e pessoal necessários;
- Distribuição, armazenamento e registro dos recursos utilizados no incidente;
- Estabelecimento de instalações para descanso, alimentação e manutenção;
- Promoção de serviços, tais como: abastecimento, reparo e transporte;
- Estabelecimento de um sistema de comunicações dentro e fora incidente;
- Promoção do Serviço Médico para os integrantes das equipes de trabalho.



Fig. 19 – Estrutura organizacional da Seção de Logística. (Fonte: An introduction to the Incident Command System, ICS 100, 2018)

#### 3.2 - Organização da Seção de Logística:

Ao Chefe da Seção de Logística e ao substituto (adjunto) cabe gerenciar todas as funções à logística do evento (no que se refere a Serviços e Suporte), devendo, assim, participar do desenvolvimento do Plano de Ação do Incidente. Inicialmente as funções logísticas se concentram na mão de uma só pessoa, porém, com o desenvolvimento do incidente, unidades devem ser adicionadas à estrutura inicial, sendo supervisionadas pela chefia da Logística.

##### 3.2.1- SETOR DE SERVIÇOS

a) Unidade de Comunicação: é responsável por:

- Desenvolver planos para a utilização efetiva e eficiente dos equipamentos de comunicações;
- Instalar e testar todos os equipamentos de comunicação;
- Supervisionar e operar o Centro de Comunicações;
- Distribuir e registrar os equipamentos, inclusive, no local designado para o pessoal do incidente;
- Estabelecer as redes de comunicação e as frequências de uso.

O Líder da Unidade de Comunicações deve participar de todas as reuniões, a fim de assegurar que as operações táticas podem ser apoiadas com os recursos de comunicações disponíveis.

b) Unidade de Alimentação: tem as atribuições de:

- Requisitar alimentos sólidos e bebidas para hidratação;
- Elaborar um menu de refeições adequado;
- Estabelecer as instalações da cozinha, refeitório e materiais de higienização das mãos;
- Cozinhar ou receber a alimentação armazenando-a de forma adequada;
- Servir as refeições;
- Cuidar de toda a área de alimentação.

Em qualquer incidente o serviço de alimentação e hidratação é extremamente importante. A Unidade de Alimentação deve se antecipar às necessidades, tanto em número de refeições como no local mais adequado a servi-la, ainda, que seja em locais de difícil acesso, em área de espera/prontidão ou no local de trabalho para as pessoas que não podem realizar o deslocamento para a área de alimentação.

A Unidade de Alimentação deve trabalhar junto com a Seção de Planejamento para definir as necessidades de pessoal; com a Unidade de Instalações, para as questões relativas ao local para servir as refeições e com a Unidade de Suporte de Solo, para as questões relativas ao transporte.

c) Unidade Médica:

- Elabora o plano médico do incidente para os integrantes das equipes de trabalho;
- Desenvolve os procedimentos e rotinas para lidar com as principais ocorrências médicas;
- Providencia o transporte e o socorro para os feridos e doentes;
- Oferece assistência no processamento de documentação relativa aos acidentes e doenças em serviço, cuidando para que tudo seja registrado.

O Plano Médico, que será parte do Plano de Ação, deverá conter informações sobre medidas preventivas (para evitar desidratação, por exemplo), capacidade das instalações médicas no local do incidente, número de ambulâncias disponíveis ou localização das mais próximas e hospitais de referência para remoção de casos graves. A Unidade Médica assistirá à Seção de Finanças nas questões relativas a compensações por acidentes e seu processamento.

### 3.2.2- SETOR DE SUPORTE

a) Unidade de Suprimento: responsável por solicitar, armazenar e processar todos os recursos relativos ao incidente, tais como:

- recursos táticos e de apoio (inclusive pessoal);
- materiais requisitados;

b) Unidade de Instalações: constrói, mantém e desmobiliza as instalações utilizadas no apoio às operações e pelo serviço de segurança. A unidade de Instalações estabelece o Posto de Comando, a Base e todas as outras estruturas do Campo (*trailers*, alojamentos, sanitários e etc.), de preferência aproveitando estruturas já montadas no próprio terreno. A unidade requer da Unidade de Suprimentos os itens necessários às instalações (chuveiros, tomadas, unidades de iluminação, entre outros).

c) Unidade de Suporte Terrestre (ou de Manutenção e Transporte): tem a função de:

- Cuidar e realizar o reparo dos equipamentos terrestres, principalmente viaturas;
- Registrar o tempo de utilização dos equipamentos, principalmente, os alugados;
- Abastecer os veículos e demais equipamentos móveis;

- Providenciar transportes, exceto o aéreo, para o pessoal que trabalha no incidente;
- Implementar o plano de trânsito (tráfego) do incidente e manter uma reserva de viaturas para eventuais necessidades;
- Informar a Unidade de Recursos sobre o status, localização e capacidade das viaturas.

#### 4 – Seção de Administração e Finanças

##### 4.1 - Descrição das funções da Seção de Administração e Finanças:

Essa seção (*fig. 20*) é estabelecida quando há necessidade específica para serviços administrativos e/ou financeiros. No SCI, nem todas as agências necessitam do estabelecimento dessa seção. Em incidentes menores podem ser convocados especialistas que serão alocados na Seção de Planejamento.



Fig. 20 – Estrutura organizacional da Seção de Administração e Finanças. (Fonte: An introduction to the Incident Command System, ICS 100, 2018)

##### 4.2 - Organização da Seção de Administração e Finanças:

O Chefe e Substituto (adjunto) da Seção de Administração e Finanças deve ser ocupado por integrante da instituição mais afetada com o incidente;

- a) Unidade de Tempo: assegura que o registro diário de tempo de serviço do pessoal está sendo preparado em conformidade com as exigências próprias das respectivas instituições e de acordo com a legislação de gestão de pessoas;

O tempo de atividade é coletado após cada período operacional e o Líder da Unidade de tempo pode contar com auxiliares afins com a política de contagem de tempo das diferentes agências envolvidas. Os registros devem ser checados e as horas extras declaradas em registro separado quando envolver pessoal empregado regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

- b) Unidade de Aquisição: responde pelas questões financeiras pertinentes à aquisição de bens e de serviços para danos leves, bem como da gestão dos contratos já celebrados, com o apoio dos fiscais previamente designados. Deve coordenar

com os fornecedores a prestação dos serviços contratados e a chegada de suprimentos pagos.

- c) Unidade de Reclamação e Compensação: no SCI as reclamações por acidentes e pretensões de direito são gerenciadas nessa unidade. Essa unidade se relaciona com as áreas jurídicas das agências envolvidas no incidente.

A função de compensação por acidente assegura que todos os formulários necessários ao programa de compensação trabalhista das agências estejam devidamente preenchidos, bem como, que todos os registros de acidente ou de doença correlata tenham sido feitos e arquivados. Muitas dessas atividades são executadas, também, pela Unidade Médica que pode ajudar nesse processo.

A função de reclamação e compensação investiga pretensões envolvendo direitos em relação a danos e prejuízos promovidos pelos agentes envolvidos no incidente e mantém o registro sobre as reclamações, obtém declarações escritas e documenta as investigações realizadas.

d) Unidade de Custo: promove a avaliação de custos do incidente, assegurando que todos os recursos onerosos tenham seus valores registrados. Com esses dados, prepara uma análise de custo do incidente, fazendo, inclusive, estimativas dos custos em caso de prolongamento das atividades. Esse trabalho formará um banco de dados de despesas, facilitando, assim, o planejamento orçamentário.

### **Terminologia das Designações das Funções**

Para estabelecer a terminologia comum, quando se dispõe as funções no SCI, é necessário designar as funções utilizando os termos a seguir descritos. É importante ressaltar que as pessoas envolvidas não perdem seus títulos, contudo, para que haja um entrosamento entre todas as instituições envolvidas, se recomendar o uso de uma terminologia que deixe claro as linhas de comando e controle no incidente, tais como:

*Comandante* – aquele que exerce o Comando do Incidente (CI).

*Chefe* – para as Seções do *Staff* Geral (Operações, Planejamento, Logística, Administração e Finanças e Inteligência);

*Oficial* – membro do *staff* do CI (Ligação, Segurança e Informação Pública).

*Coordenador* – responsável pelos Setores (Ramos).

*Supervisor* – para as Divisões e Grupos.

*Líder* – nas Unidades, Forças Tarefas, Equipes de intervenção e Recursos Únicos (Singulares).

*Encarregados* – pelos Heliportos (*Helibases*), Helipontos, Bases, Acampamentos, Posto de Comando, Área de Espera, Áreas de Concentração de Vítimas e etc.

Para cada função exercida, pode ser designado um substituto ou adjunto, que auxilia o seu superior imediato e o substitui em caso de necessidade. Também, pode ser designado os assessores e assistentes com o papel de apoiar as rotinas administrativas e/ou operacionais das chefias<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> A expressão “chefias”, nesse contexto, se refere a qualquer uma das funções (Comandante, Oficial, Chefe, Coordenador, Supervisor, Líder ou Encarregado).

## Quiz Unidade 5

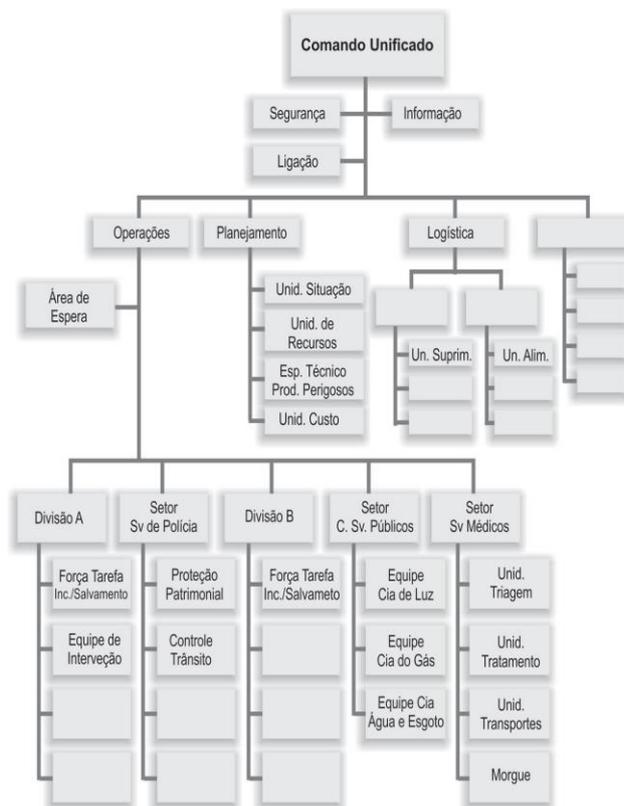
---

1- Associe a terminologia utilizada no SCI, na coluna da esquerda, com as funções descritas na coluna da direita:

- |                 |                               |
|-----------------|-------------------------------|
| (1) Comandante  | ( ) – Área de Espera          |
| (2) Chefe       | ( ) – Unidade                 |
| (3) Oficial     | ( ) – Equipes de Intervenção  |
| (4) Coordenador | ( ) – Divisões                |
| (5) Supervisor  | ( ) – Staff do CI             |
| (6) Líder       | ( ) – Seção                   |
| (7) Encarregado | ( ) – Comandante do Incidente |
|                 | ( ) – Posto de Comando        |
|                 | ( ) - Setor                   |

EXERCÍCIOS

- 1) Quais são as funções do *staff* do comandante do incidente e quais são as seções do *staff* geral? Qual seção surge primeiro e como ela se organiza?
- 2) Qual a amplitude de controle ideal, máxima e mínima de acordo com o preconizado pelo SCI? Comente.
- 3) Quais são as características de gerenciamento que se pode deduzir a partir da estrutura organizacional mostrada na figura abaixo? (Liste pelo menos três características)



- 4) Ocorre uma explosão em uma plataforma marítima (*offshore*) com consequente vazamento de óleo para o mar. Há a presença de vítimas não fatais. A Equipe/Time de Gerenciamento de Incidentes foi ativada com o *Staff* do Comando e o todas as seções do *Staff* Geral. Que seção deverá providenciar os meios para a contenção da mancha de óleo e a quem ela se reporta diretamente? Explique.
- 5) Ocorre uma explosão em uma plataforma marítima (*offshore*) com consequente vazamento de óleo para o mar. Há a presença de vítimas não fatais. A Equipe/Time de Gerenciamento de Incidentes foi ativada com o *Staff* do Comando e o todas as seções do *Staff* Geral. Que seção deverá *empregar* os meios para a contenção da mancha de óleo e a quem ela se reporta diretamente? Explique.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Oliveira, Marcos. **Sistema de Comando em Operações - Guia de Campo**. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis, SC, 2010.

(<https://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/09/Guia-Sistema-de-Comando-em-Opera%C3%A7%C3%B5es.pdf>)

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Centro Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (Prevfogo). **Guia de Operações de Combate Ampliado aos Incêndios Florestais (Baseado no Sistema de Comando de Incidente - SCI)**. Brasília, DF, 2018.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Manual de Sistema de Comando de Incidentes (SCI)**. ÁLVARES, Márcio Morato et al, Brasília, DF, 2011.

([https://www.cbm.df.gov.br/downloads/edocman/legislacoes/manuaisoperacionais/manual\\_sci\\_livrov6.pdf](https://www.cbm.df.gov.br/downloads/edocman/legislacoes/manuaisoperacionais/manual_sci_livrov6.pdf))

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Manual de Sistema de Comando de Incidentes – SCI**. Academia de Bombeiro Militar D. Pedro II, 3º ano do CFO. Amorim, Wanius, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

FEDERAL EMERGENCY MANAGEMENT AGENCY (FEMA). **An introduction to the Incident Command System, ICS 100, Student Manual**. Washington, DC, 2018.

([https://training.fema.gov/emiweb/is/is100c/english/student%20manual/is0100c\\_sm.pdf](https://training.fema.gov/emiweb/is/is100c/english/student%20manual/is0100c_sm.pdf))

FEDERAL EMERGENCY MANAGEMENT AGENCY (FEMA). **National Incident Management System**. Third Edition, Washington, DC, 2017.

([https://www.fema.gov/sites/default/files/2020-07/fema\\_nims\\_doctrine-2017.pdf](https://www.fema.gov/sites/default/files/2020-07/fema_nims_doctrine-2017.pdf))

USAID/OFDA/LAC. **Curso Básico de Sistema de Comando de Incidentes (CBSCI)**. Programa Regional de Assistência a Desastres (RDAP), International Resources Group (IRG), Gabinete dos Estados Unidos de Assistência para Desastres no Estrangeiro para América Latina e Caribe. 2ª edição, 2013.

# Exemplo de Formulário SCI 201









1 – Nome do Incidente:	2. Preparado por:	SCI – 201 3 de 4
	3. Data: 4. Horário:	

8. Organização Atual:





